

No. 39977

**Brazil
and
Uruguay**

Arrangement on health at the border, supplementary to the Basic Agreement on technical, scientific and technological cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Eastern Republic of Uruguay. Montevideo, 31 July 2003

Entry into force: *31 July 2003 by signature, in accordance with VI*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 17 February 2004*

**Brésil
et
Uruguay**

Arrangement en matière de santé à la frontière, complémentaire à l'Accord de base de coopération technique, scientifique et technologique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay. Montevideo, 31 juillet 2003

Entrée en vigueur : *31 juillet 2003 par signature, conformément à VI*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 17 février 2004*

{ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS }

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA,
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL
DO URUGUAI PARA SAÚDE NA FRONTEIRA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Oriental do Uruguai
(doravante denominados “Partes”),

CONSIDERANDO:

Que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica assinado em Rivera, em 12 de junho de 1975;

Considerando a necessidade de dar uma atenção especial à problemática particular da fronteira Brasil – Uruguai no marco da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço;

Considerando que a cooperação na área da saúde se reveste de especial interesse para as Partes;

Ajustam o seguinte:

ARTIGO I

1. O presente Ajuste Complementar visa à criação e implementação da Comissão Binacional Assessora de Saúde na Fronteira Brasil – Uruguai.

2. A mencionada Comissão tem como objetivos além de fortalecer as ações e a implementação dos Comitês de Fronteira na área de saúde; promover o levantamento de saúde da população; propor mecanismos para agilizar a troca de informações em saúde; propor estratégias de ação, elaboração, avaliação e acompanhamento de Planos de Trabalho; implementar programas de treinamento e capacitação de Recursos Humanos entre ambos os países; assessorar na elaboração e na implementação de Projetos de Cooperação; promover o intercâmbio e a discussão dos Sistemas de Saúde de ambos os países.

ARTIGO II

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- a) o Ministério da Saúde, a Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, a Divisão de Ciência e Tecnologia e a Divisão da América Meridional-I do Ministério das Relações Exteriores como responsáveis pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e
- b) o Ministério da Saúde, a Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul e as Secretarias Municipais de Saúde da Fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai dentro de suas atribuições e limites de competência, como entidades executoras das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO III

O Governo da República Oriental do Uruguai designa:

- a) o Ministério das Relações Exteriores como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e
- b) o Ministério da Saúde Pública do Uruguai como entidade executora das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO IV

1. As entidades executoras elaborarão relatórios semestrais sobre os resultados decorrentes do presente Ajuste Complementar, os quais serão examinados nas reuniões de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e/ou em encontros dos Grupos de Trabalho de Saúde a serem previamente acordados;

2. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser expressamente cientificadas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

ARTIGO V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar serão sujeitas às leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Oriental do Uruguai.

ARTIGO VI

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 1(um) ano renovável automaticamente, a menos que uma das Partes comunique à outra, por via diplomática, sua decisão de denunciá-lo.

ARTIGO VII

As Partes poderão, de comum acordo e por troca de Notas Diplomáticas, modificar ou emendar o presente Ajuste Complementar. As modificações ou emendas entrarão em vigor a partir da data de sua formalização.

A denúncia do presente Ajuste Complementar não afetará as atividades que se encontrem em execução no âmbito do projeto em questão, salvo quando as Partes estabelecerem o contrário.

ARTIGO VIII


Para as questões não previstas neste Ajuste Complementar aplicar-se-ão as disposições de Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, de 12 de junho de 1975.

Feito em Montevidéu, em 31 de julho de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

EDUARDO DOS SANTOS
Embaixador do Brasil em
Montevidéu



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI

GUILLERMO VALLE
Ministro, interino, das
Relações Exteriores

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**AJUSTE COMPLEMENTARIO DEL ACUERDO BASICO DE
COOPERACION TECNICA, CIENTIFICA Y TECNOLOGICA
ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL
BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL
URUGUAY PARA SALUD EN LA FRONTERA**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

Y

el Gobierno de la República Oriental del Uruguay (en adelante denominados "Partes"),

CONSIDERANDO:

Que sus relaciones de cooperación han sido fortalecidas y favorecidas por el Acuerdo Básico de Cooperación Técnica, Científica y Tecnológica firmado en Rivera el 12 de junio de 1975,

Considerando la necesidad de dar una atención especial a la particular problemática de la frontera Brasil - Uruguay en el marco de la Nueva Agenda de Cooperación y Desarrollo Fronterizo,

Considerando que la cooperación en el área de la salud reviste un especial interés para las Partes;

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

1. El presente Ajuste Complementario propende a la creación e implementación de la Comisión Binacional Asesora de Salud en la Frontera Brasil - Uruguay.
2. La mencionada Comisión tiene como objetivos - además de fortalecer las acciones y la implementación de los Comités de Frontera en el área de la salud - promover el relevamiento de la salud en la población; proponer mecanismos para agilizar el

intercambio de informaciones sobre salud; proponer estrategias de acción, elaboración, evaluación y seguimiento de Planes de Trabajo; implementar programas de entrenamiento y capacitación de Recursos Humanos entre ambos países; asesorar en la elaboración y la implementación de Proyectos de Cooperación; promover el intercambio y la discusión de los Sistemas de Salud de ambos países.

ARTICULO II

El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa:

- a) el Ministerio de Salud, la Secretaría Estadual de Salud de Río Grande del Sur, la División de Ciencia y Tecnología y la División de América Meridional I del Ministerio de Relaciones Exteriores como responsables de la coordinación, seguimiento y evaluación de las acciones resultantes del presente Ajuste Complementario; y
- b) el Ministerio de Salud, la Secretaría Estadual de Salud de Río Grande del Sur y las Secretarías Municipales de Salud de la Frontera de Río Grande del Sur con Uruguay, dentro de sus atribuciones y límites de competencia, como entidades ejecutoras de las acciones resultantes del presente Ajuste Complementario.

ARTICULO III

El Gobierno de la República Oriental del Uruguay designa:

- a) el Ministerio de Relaciones Exteriores como responsable por la coordinación, seguimiento y evaluación de las acciones resultantes del presente Ajuste Complementario; y

- b) el Ministerio de Salud Pública de Uruguay, como entidad ejecutora de las acciones resultantes del presente Ajuste Complementario.

ARTICULO IV

1. Las entidades ejecutoras elaborarán informes semestrales sobre los resultados obtenidos del presente Ajuste Complementario, los cuales serán examinados en las reuniones de Alto Nivel de la Nueva Agenda de Cooperación y/o en los encuentros de los Grupos de Trabajo de Salud que serán previamente acordados;
2. Los documentos elaborados y los resultantes de las actividades desarrolladas en el contexto a que se refiere el presente Ajuste Complementario serán de propiedad conjunta de las Partes. La versión oficial de los documentos de trabajo será elaborada en el idioma del país de origen del trabajo. En caso de la publicación de los referidos documentos, las Partes deberán ser expresamente acreditadas y mencionadas en el cuerpo del documento objeto de la publicación.

ARTICULO V

Todas las actividades mencionadas en este Ajuste Complementario quedarán sujetas a las leyes y reglamentos en vigor en la República Federativa del Brasil y en la República Oriental del Uruguay.

ARTICULO VI

El presente Ajuste Complementario entrará en vigor en la fecha de su firma y tendrá vigencia de 1 (un) año, renovable automáticamente, a menos que una de las Partes comunique a la otra, por vía diplomática, su decisión de denunciarlo.

ARTICULO VII

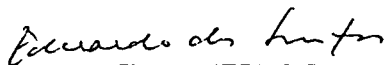
Las Partes podrán, de común acuerdo y por intercambio de Notas Diplomáticas, modificar o enmendar el presente Ajuste Complementario. Las modificaciones o enmiendas entrarán en vigor a partir de la fecha de su formalización.

La denuncia del presente Ajuste Complementario no afectará las actividades que se encontraren en ejecución en el ámbito del proyecto de que trate, salvo cuando las Partes establecieren lo contrario.

ARTICULO VIII

Para los casos no previstos en este Ajuste Complementario, se aplicarán las disposiciones del Acuerdo Básico de Cooperación Técnica, Científica y Tecnológica entre el Gobierno de la República Oriental del Uruguay y la República Federativa del Brasil, del 12 de junio de 1975.

Hecho en Montevideo, el 31 de julio de 2003, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.


POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL

EDUARDO DOS SANTOS
Embaixador do Brasil em
Montevideu


POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA ORIENTAL DEL
URUGUAY

GUILLERMO VALLE
Ministro, interino, das
Relações Exteriores

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ARRANGEMENT ON HEALTH IN THE BORDER REGION,
SUPPLEMENTARY TO THE BASIC AGREEMENT ON TECHNICAL,
SCIENTIFIC AND TECHNOLOGICAL COOPERATION BETWEEN THE
GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND
THE GOVERNMENT OF THE EASTERN REPUBLIC OF URUGUAY

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Eastern Republic of Uruguay (hereinafter referred to as the Parties),

Considering that their mutual cooperation has been strengthened and facilitated by the Basic Agreement on technical, scientific and technological cooperation, signed at Rivera on 12 June 1975,

Considering the need to pay special attention to the particular problem of the Uruguay-Brazil border, within the framework of the New Agenda for Cooperation and Border Development,

Considering that cooperation in the field of health is of special interest to the Parties,
Have agreed as follows:

Article I

1. This Supplementary Arrangement is designed to facilitate the creation and implementation of the Bilateral Advisory Committee on Health along the Brazil-Uruguay border, in accordance with annex I.

2. In addition to strengthening actions and implementing the border committees in the field of health, the objectives of the aforementioned Committee shall be to promote improvement in the health of the population of the area; provide mechanisms for streamlining the exchange of information about health; provide strategies for the adoption, formulation and evaluation of and follow-up to work plans; implement bilateral programmes for human resources training and instruction; advise on the formulation and implementation of cooperation projects; and promote exchange and discussion concerning the health systems of the two countries.

Article II

The Government of the Federative Republic of Brazil designates:

(a) The Ministry of Health, the Department of Health of the state of Rio Grande do Sul and the Science and Technology Division and Southern America I Division of the Ministry of Foreign Affairs to be responsible for coordination of, follow-up to and evaluation of actions emanating from this Supplementary Arrangement; and

(b) The Ministry of Health, the Department of Health of the state of Rio Grande do Sul and the municipal health departments located along the border between Rio Grande do

Sul and Uruguay, within their mandates and the limits of their competences, as the executing agencies for the actions emanating from this Supplementary Arrangement.

Article III

The Government of the Eastern Republic of Uruguay designates:

- (a) The Ministry of Foreign Affairs to be responsible for coordination of, follow-up to and evaluation of actions emanating from this Supplementary Arrangement; and
- (b) The Ministry of Health as the executing agency to carry out actions emanating from this Supplementary Arrangement.

Article IV

1. The executing agencies shall draw up semi-annual reports on the results achieved under this Supplementary Arrangement which shall be considered at the high-level meetings of the New Agenda for Cooperation and Border Development and/or meetings of the working groups on health to be agreed upon in advance;

2. The documents which are drawn up as a consequence of the activities carried out within the framework of this Supplementary Arrangement shall be the joint property of the Parties. The official version of the working documents shall be drawn up in the language of the country in which the work was carried out. In the event of the publication of these documents, the Parties must be expressly informed and mentioned in the body of the document which is being published.

Article V

All the activities mentioned in this Supplementary Arrangement shall be subject to the laws and regulations in force in the Federative Republic of Brazil and the Eastern Republic of Uruguay.

Article VI

This Supplementary Arrangement shall enter into force on the date of its signature and shall remain in force for a period of one year. It shall be renewed automatically unless one of the Parties notifies the other, through the diplomatic channel, of its intention to denounce it.

Article VII

The Parties may modify or amend this Supplementary Arrangement by mutual agreement and through an exchange of diplomatic notes. Such modifications or amendments shall enter into force on the date on which they are officially agreed.

Article VIII

For matters not covered by this Supplementary Arrangement, the provisions of the Basic Agreement on technical, scientific and technological cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Eastern Republic of Uruguay of 12 June 1975 shall apply.

Done at Montevideo on 31 July 2003 in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

EDUARDO DOS SANTOS
Ambassador of Brazil to Uruguay

For the Government of the Eastern Republic of Uruguay:

GUILLERMO VALLE
Acting Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ARRANGEMENT EN MATIÈRE DE SANTÉ À LA FRONTIÈRE, COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE BASE DE COOPÉRATION TECHNIQUE, SCIENTIFIQUE ET TECHNOLOGIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE ORIENTALE DE L'URUGUAY

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay (ci-après dénommés les "Parties"),

Considérant que l'Accord de base de coopération technique, scientifique et technologique, signé à Rivera le 12 juin 1975, a renforcé et facilité leurs relations de coopération;

Considérant l'importance d'accorder une attention spéciale au problème particulier de la frontière entre l'Uruguay et le Brésil, dans le cadre du Nouvel Ordre du jour pour la coopération et le développement de la frontière;

Considérant que la coopération dans le domaine de la santé revêt un intérêt particulier pour les Parties;

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

1. Le présent Accord complémentaire vise à faciliter la création et la mise en oeuvre du Comité consultatif bilatéral sur la santé le long de la frontière entre le Brésil et l'Uruguay, conformément à l'annexe I.

2. Outre les mesures de renforcement et la création des comités frontaliers dans le domaine de la santé, les objectifs du Comité susmentionné visent à promouvoir l'amélioration de la santé de la population de la région; à fournir des mécanismes qui simplifient l'échange d'informations sur la santé; à élaborer des stratégies en vue de l'adoption, la formulation, l'évaluation et le suivi de plans d'action; à mettre en oeuvre des programmes bilatéraux de formation et d'instruction des ressources humaines; à donner des avis sur la formulation et la mise en oeuvre de projets de coopération; et à promouvoir les échanges et la discussion sur les systèmes de santé des deux pays.

Article II

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne :

a) Le Ministère de la santé, le Département de la santé de l'État du Rio Grande do Sul et la Division de la science et de la technologie et la Division I pour l'Amérique du Sud du Ministère des affaires étrangères comme organes chargés de la coordination, du suivi et de l'évaluation des activités découlant du présent Accord complémentaire; et

b) Le Ministère de la santé, le Département de la santé de l'État du Rio Grande do Sul et les départements municipaux de la santé situés le long de la frontière entre le Rio Grande

do Sul et l'Uruguay, dans le cadre de leurs mandats et dans les limites de leurs compétences, comme agents d'exécution des activités découlant du présent Accord complémentaire.

Article III

Le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay désigne :

- a) Le Ministère des affaires étrangères comme organisme chargé de la coordination, du suivi et de l'évaluation des activités découlant du présent Accord complémentaire; et
- b) Le Ministère de la santé comme agent d'exécution des activités découlant du présent Accord complémentaire.

Article IV

1. Les agents d'exécution établissent des rapports semestriels sur les résultats obtenus en vertu du présent Accord complémentaire. Ces rapports sont examinés lors des réunions de haut niveau du Nouvel Ordre du jour pour la coopération et le développement de la frontière et/ou lors de réunions des groupes de travail sur la santé dont il sera convenu à l'avance.

2. Les documents qui sont élaborés et qui résultent des activités exécutées au titre du présent Accord complémentaire sont la propriété commune des Parties. La version officielle des documents de travail est rédigée dans la langue du pays d'origine. En cas de publication de ces documents, les Parties seront expressément informées et mentionnées dans les documents publiés.

Article V

Toutes les activités énumérées dans le présent Accord complémentaire sont soumises aux lois et règlements en vigueur en République fédérative du Brésil et en République orientale de l'Uruguay.

Article VI

Le présent Accord complémentaire entrera en vigueur à la date de sa signature et le demeurera pendant une période d'un an. Il sera reconduit automatiquement, à moins que l'une des Parties ne notifie à l'autre, par la voie diplomatique, son intention de le dénoncer.

Article VII

Les Parties peuvent modifier ou amender le présent Accord complémentaire d'un commun accord et par un échange de notes diplomatiques. Ces modifications ou amendements entreront en vigueur à la date à laquelle ils seront convenus officiellement.

Article VIII

En ce qui concerne les domaines qui ne sont pas couverts par le présent Accord complémentaire, les dispositions de l'Accord de base sur la coopération technique, scientifique et technologique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay du 12 juin 1975 sont applicables.

Signé à Montevideo, le 31 juillet 2003, en deux exemplaires originaux en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :
L'Ambassadeur du Brésil,
EDUARDO DOS SANTOS

Pour le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay :
Le Ministre des affaires étrangères par intérim,
GUILLERMO VALLE

